

**Apresentação**

**Dossiê: Extensão e Educação Popular: experiências, aspectos teórico-metodológicos e desafios políticos à luz da inserção curricular da Extensão**

**Presentation**

*Dossier: Extension and Popular Education: experiences, theoretical-methodological aspects, and political challenges in light of the curricular inclusion of Extension*

Aline Zorzi Schultheis de Freitas  
**Instituto Federal do Amazonas (IFAM)**

Manaus, Brasil

Pedro José Santos Carneiro Cruz  
Lucílio Marinho da Costa

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

João Pessoa, Brasil

Olgamir Amancio Ferreira de Paiva  
**Universidade de Brasília (UNB)**

Brasília, Brasil

Volmir Brutscher

**Universidade de Pernambuco (UPE)**  
Nazaré da Mata, Brasil

**Resumo:** A extensão universitária é apresentada como um pilar fundamental para a formação humana integral e a transformação social, baseada na interação dialógica entre a universidade e a comunidade. O texto enfatiza que a inserção curricular da extensão, prevista pelo Plano Nacional de Educação, deve ir além de uma formalidade burocrática, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel social da universidade e a valorização do saber popular. Advoga-se pela extensão popular como a abordagem ideal, como um trabalho social útil, construído coletivamente e com forte participação de estudantes, docentes, técnicos e movimentos sociais. Para sua efetivação, são propostos um currículo dinâmico e interdisciplinar, ações contínuas e de longo prazo com as comunidades, reconhecimento equitativo da extensão na carreira docente e financiamento adequado. A edição especial da Revista Cocar reúne artigos que tematizam essa perspectiva, fortalecendo a extensão como um eixo indissociável do ensino e da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Extensão Universitária. Inserção Curricular. Educação Popular.

**Abstract:** University extension is presented as a fundamental pillar for integral human development and social transformation, based on the dialogical interaction between the university and the community. The text emphasizes that the curricular integration of extension, as stipulated by the National Education Plan, must go beyond bureaucratic formality, fostering critical reflection on the university's social role and the appreciation of popular knowledge. Popular extension is advocated as the ideal approach, conceived as useful social work, built collectively with strong participation from students, faculty, staff, and social movements. For its effective implementation, a dynamic and interdisciplinary curriculum, continuous and long-term actions with communities, equitable recognition of extension in faculty careers, and adequate funding are proposed. This special edition of Revista Cocar gathers articles that explore this perspective, strengthening extension as an inseparable axis of teaching and research.

**Keywords:** University Extension. Curricular Integration. Popular Education.

A extensão universitária, enquanto interação dialógica entre instituições e comunidade, possibilita a interação constante entre diferentes saberes e conhecimentos, promovendo uma formação humana integral, ao mesmo tempo que contribui para a transformação social das comunidades envolvidas. A extensão universitária enquanto comunicação e diálogo reforça a interação universidade e comunidade e promove a formação de profissionais comprometidos com a realidade social e os territórios (Melo Neto, 2002).

A extensão universitária e a educação popular devem caminhar lado a lado, se conectando para apontar caminhos para um fazer extensionista que legitime o saber popular, com ênfase na construção compartilhada do conhecimento e ao mesmo tempo, reconecte sociedade e instituições de ensino (Freire, 1976; 1994, Holliday, 2006).

Essa perspectiva emerge de uma concepção de extensão universitária que assume posição central nos processos de ensino e aprendizagem, deixando de ocupar um papel meramente acessório na universidade. Nesse contexto, a aprovação do Plano Nacional de Educação para a década de 2014-2024 mobilizou, em todo o país, amplos debates acerca do papel da extensão na formação acadêmica, bem como de sua contribuição para a transformação social. Tal mobilização decorre do fato de o referido Plano ter previsto, na meta 12, estratégia 12.7, que as instituições de Ensino Superior devem garantir que no mínimo 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação sejam destinados para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados para grandes áreas de pertinência social.

É importante destacar que não é um mero processo de alterar currículos, antes é fundamental refletir e problematizar algumas questões centrais. Uma delas diz respeito ao risco de que essa inserção se torne um processo meramente legalista e burocrático. Mais do que uma exigência normativa, a inserção curricular da extensão deve ser compreendida como um processo que exige uma reflexão crítica sobre o papel da universidade na sociedade e sobre as formas como se estabelecem suas relações com as comunidades. Dessa maneira, é necessário garantir que essa prática não se limite ao cumprimento formal de diretrizes, mas se constitua como um caminho de transformação acadêmica e social.

É preciso refletir sobre as diferentes nomenclaturas que processo tem recebido. As pesquisas demonstram que pelo menos três têm sido mais comuns: creditação da extensão, curricularização da extensão e inserção curricular da extensão. No artigo “Educação Popular

E Inserção Curricular Da Extensão - Aspectos Teóricos”, desta edição especial, os autores fazem uma reflexão sobre estas diferentes nomenclaturas, a qual convidamos o leitor a fazer uma análise.

Depois de analisar as confluências e diferenças, concluímos que os termos creditação e curricularização remetem a processos mais mecânicos e técnicos da extensão no currículo, enquanto o termo inserção curricular se demonstra mais adequado quando nos remetemos a um processo de ressignificação dos currículos e integração da extensão de forma indissociável ao ensino e pesquisa. Ainda a expressão inserção curricular da extensão é mais adequada para expressar uma extensão que se conecta com as lutas e resistências e se revela como um processo coletivo e colaborativo em todas as suas fases. Por isso, esta será a nomenclatura que adotaremos nesta edição especial.

Outro aspecto fundamental desse processo é reconhecer que a extensão universitária não é neutra, pois diferentes concepções carregam intencionalidades específicas e se alinham a distintos projetos de universidade e sociedade. Assim, a inserção curricular da extensão deve começar com debates sobre a concepção de extensão que será integrada ao currículo.

Diferentes concepções de extensão coexistem nas universidades — a concepção assistencialista, a concepção mercantilista, a concepção acadêmica e a concepção de extensão popular, concepções estas que foram se construindo e se alinhado às diferentes lutas e objetivos. Assim, precisamos reconhecer a presença destas diferenças concepções e tomar uma firme posição que a abordagem que deve orientar a inserção curricular da extensão é a extensão popular. Essa concepção compreende a extensão universitária não apenas como um componente formativo, mas como um trabalho social útil (Melo Neto, 2005), fundamentado na interação dialógica com a comunidade e na construção coletiva do conhecimento.

A extensão popular possui princípios e diretrizes que devem permear todo o processo de inserção curricular da extensão. Um destes princípios é a participação social, o que implica reconhecer que as discussões sobre a inserção curricular da extensão não devem se restringir apenas a professores e gestores universitários. Pelo contrário, é fundamental ampliar esses debates para incluir estudantes, técnicos administrativos, membros de movimentos sociais e populares, além da comunidade em geral. Somente por meio de um processo participativo e dialógico será possível consolidar uma extensão universitária que respeite a diversidade dos

saberes e fortaleça sua função social, articulando a universidade com as demandas e realidades dos territórios em que está inserida.

Ao reconhecer a participação social e estudantil como elementos centrais desse debate, torna-se evidente que a inserção curricular da extensão é um processo que exige tempo e reflexão aprofundada. Portanto, não pode ser conduzida de forma apressada ou superficial, sob risco de comprometer sua efetividade e seu compromisso com as comunidades.

Ao reconhecer a extensão popular como a abordagem que será integrada ao currículo, torna-se essencial refletir sobre qual modelo de currículo pode viabilizar essa integração. Um currículo estático, fragmentado e disciplinarizado não conseguirá integrar a extensão popular, pois sua dinâmica não se encaixa nessa estrutura rígida. Assim, a extensão popular exige um currículo dinâmico, interdisciplinar e flexível, que possibilite uma formação integrada e conectada com a realidade social.

Isso significa que a extensão deve ser parte constitutiva do curso como um todo, e não apenas uma atividade isolada dentro dos componentes curriculares A, B ou C. Ao pensar a extensão no currículo, é necessário definir as diretrizes que orientarão sua implementação, bem como o tempo e o espaço que ocupará ao longo da formação dos estudantes. No entanto, é um equívoco supor que a efetividade da extensão dependa de uma definição prévia e fixa das ações a serem desenvolvidas no currículo. A proposta não é estabelecer um conjunto de atividades predefinidas, mas permitir que as ações de extensão sejam construídas a partir da convivência e do conhecimento dos territórios, respeitando suas demandas e particularidades.

É fundamental incentivar o protagonismo dos estudantes na construção de ações extensionistas em parceria com a comunidade, orientado pelos docentes. As ações que emergem da inserção curricular da extensão, ancorada na educação popular, não podem engessadas, mas sim um processo formativo vivo, que se desenvolve no diálogo entre acadêmicos e comunitários, fortalecendo a produção coletiva do conhecimento e promovendo uma aprendizagem significativa e socialmente referenciada. Neste campo, é importante destacar que a comunidade não será passiva, e sim coautores e cogestores das ações de extensão.

Essas ações que vão se construindo no dia a dia da convivência dos acadêmicos com as comunidades, não deverão ser pensadas exclusivamente dos conteúdos técnicos, mas

deverão se conectar com as lutas e resistências das comunidades. Logo, por diversas vezes, teremos que ser capazes de articular diferentes áreas dos saberes e estudantes e professores de diferentes cursos para apontar caminhos possíveis para as comunidades, e falamos de caminhos, pois muitas às vezes as soluções dos problemas da comunidade, estão na própria comunidade.

Outro aspecto fundamental das ações de extensão que emergem da inserção curricular da extensão, a partir da perspectiva da educação popular, é que elas não devem ser pontuais ou fragmentadas. Em vez de intervenções isoladas, a extensão precisa ser compreendida como um processo contínuo e comprometido com as pessoas dos territórios e suas realidades. Nesse sentido, um caminho possível é que a universidade estabeleça parcerias duradouras com algumas comunidades, atuando nelas não apenas por um semestre, mas ao longo de anos, até que as ações de extensão se tornem desnecessárias ou que a própria comunidade decida encerrar sua participação.

Dessa forma, pode ser que um mesmo estudante permaneça durante toda a sua graduação em uma única comunidade, o que lhe permitirá desenvolver um conhecimento aprofundado sobre o território, as pessoas que ali vivem, suas lutas e desafios ao longo do tempo. Além de favorecer a criação de vínculos genuínos, essa convivência prolongada contribui para a formação de um profissional comprometido socialmente, capaz de utilizar seu conhecimento e prática profissional para contribuir com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma mesma comunidade pode receber estudantes de diferentes cursos, possibilitando atividades interdisciplinares e integradas, que ampliam as possibilidades de aprendizado e atuação. Para que isso se concretize, é essencial que as universidades superem as barreiras dos departamentos e das estruturas disciplinares fragmentadas, promovendo um ensino mais colaborativo e dialógico. A extensão popular exige sair da zona de conforto, abrir espaços de diálogo entre diferentes saberes e construir coletivamente novas formas de atuação acadêmica, fortalecendo a interação entre universidade e sociedade.

Outro ponto essencial a ser considerado é que os estudantes precisam ter condições adequadas para participar das ações de extensão. Um fator fundamental nesse sentido é a organização do tempo. Pouco adianta que os estudantes realizem atividades em comunidade durante a manhã se, logo em seguida, precisarem retornar à universidade para cumprir outro

componente curricular, sem tempo suficiente para uma imersão real e significativa na extensão.

Uma alternativa viável seria destinar dias específicos para as atividades extensionistas, garantindo que os estudantes possam se dedicar integralmente a essas ações, sem a preocupação de retornar à universidade no mesmo período. Para cursos em tempo integral, essa organização poderia prever que a extensão ocorresse em um turno específico do dia, evitando conflitos com outras atividades curriculares. Essa estratégia não apenas facilitaria a logística da participação estudantil, mas também qualificaria a experiência extensionista, permitindo um envolvimento mais profundo dos estudantes nas ações de extensão.

E não podemos deixar de tratar dos aspectos orçamentários. É imprescindível a destinação de um orçamento robusto e contínuo para a extensão universitária, garantindo que ela aconteça de forma digna e estruturada. Somente com financiamento adequado e políticas institucionais sólidas será possível consolidar a extensão como um eixo indissociável da formação acadêmica e do compromisso social da universidade.

Outro aspecto fundamental para que a inserção curricular da extensão ocorra sob a perspectiva da educação popular é o reconhecimento de que a atividade central do professor não deve se limitar apenas à docência ou à publicação de artigos científicos. É essencial compreender que ensino, pesquisa e extensão possuem o mesmo peso e devem ser desenvolvidos de forma equilibrada na atuação docente, sem que uma dimensão prevaleça sobre as outras.

Essa equidade deve se refletir nas normativas institucionais, especialmente nos documentos oficiais que regulamentam a carga horária docente e os critérios para progressão funcional. Garantir que a extensão seja devidamente reconhecida como uma atividade acadêmica fundamental é um passo essencial para consolidá-la como parte indissociável da formação universitária.

Ao longo de todo o processo, é essencial manter em perspectiva que a extensão universitária assume um papel central como prática de comunicação, promovendo a participação social e estudantil, o diálogo, a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes populares. A extensão se estabelece como um processo dialógico, profundamente conectado às demandas e necessidades da comunidade participante, possibilitando a construção coletiva de soluções para os desafios vivenciados no cotidiano e, assim, contribuindo para a transformação social.

A inserção da extensão nos currículos enfrenta desafios estruturais, tais como a rigidez do currículo tradicional, a desvalorização da extensão, a lógica do produtivismo acadêmico e a falta de financiamento adequado. No entanto, o momento atual de debate dentro dos espaços institucionais, impulsionado pela obrigatoriedade da extensão no currículo, representa uma oportunidade estratégica para trazer à tona essas questões e buscar soluções estruturais para garantir que a extensão universitária, na perspectiva da educação popular, se consolide como um eixo formativo essencial nas universidades brasileiras.

Podemos afirmar que a inserção curricular da extensão é uma oportunidade para fortalecermos a extensão nos espaços acadêmicos, por isso é fundamental desse processo é reconhecer que a extensão universitária não é neutra, pois diferentes concepções carregam intencionalidades específicas e se alinham a distintos projetos de universidade e sociedade. Neste sentido, esta edição traz artigos que apresentam diferentes experiências e vivências de extensão e educação popular que podem ser a base para a extensão que será inserida no currículo. Os artigos aqui apresentados possuem uma diversidade geográfica, proporcionando ao leitor uma análise abrangente e multifacetada sobre a inserção curricular da extensão universitária sob a perspectiva da educação popular.

Os artigos contemplam contribuições teóricas e fundamentos epistemológicos até relatos de experiências concretas, evidenciando o diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários. São abordagens que transitam por diferentes campos — saúde, educação do campo, formação docente, artes, espiritualidade e ação social — e que se sustentam na defesa de uma universidade socialmente comprometida, capaz de responder de forma crítica e criativa às demandas contemporâneas.

Os artigos que compõem esta edição especial demonstram a importância histórica e política da extensão popular e apontam caminhos para seu fortalecimento, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ao articular narrativas pessoais, estudos teóricos e relatos institucionais, a coletânea reafirma a relevância da extensão como prática formativa, promotora de inclusão, emancipação e transformação social.

Que a leitura dos artigos aqui apresentados fortalece a potência e força da extensão popular, principalmente quando formos discutir a inserção curricular da extensão. Desejamos uma boa leitura!!!

## Referências

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23º reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco (orgs). **Extensão Universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002, p. 7-22.

## Sobre os autores

### **Aline Zorzi Schultheis de Freitas**

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Pedagoga e Diretora de Extensão e Produção na Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-6200-0976>. Email: [aline.schultheis@ifam.edu.br](mailto:aline.schultheis@ifam.edu.br).

### **Pedro José Santos Carneiro Cruz**

Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular - EXTELAR (CNPq/UFPB). A ênfase de sua atuação se dá na área de educação popular, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional em comunidades, bem como na extensão popular e formação universitária em saúde. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, Extensão Universitária, Educação em Saúde e Nutrição em Saúde Pública, com ênfase em educação popular e saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: educação popular, educação popular em saúde, educação alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional, extensão popular, trabalho interdisciplinar. Trabalha na Coordenação do Programa de Extensão "Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica - PINAB" da UFPB. Email: [pjcruzpb@gmail.com](mailto:pjcruzpb@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0610-3273>.

### **Lucílio Marinho da Costa**

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, com Estágio Doutoral Sanduiche, financiando pelo Programa PDSE/Capes, na Universidade de Barcelona/Espanha. Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo-UFPB/CNPq; Red Temática de Investigación de Educación Rural-RIER; Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública REDAP; Rede Latinoamericana em Pesquisa em Educação do Campo, da Cidade e Movimentos Sociais-RedePECC-MS. Pesquisador do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE/Nordeste-Projeto . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>. Email: [leomarinhosufpb@gmail.com](mailto:leomarinhosufpb@gmail.com).

**Olgamir Amancia Ferreira de Paiva**

Professora Associada da Faculdade UnB Planaltina-Universidade de Brasília (UnB). Atuou como Decana de Extensão da UnB de 2016 a 2024. Presidiu o Fórum de Pró-Reitores(as) de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Forproex) de 2020 a 2022 e coordenou o Colégio de Extensão da Andifes (COEX/Andifes) de 2019 a 2022. Atuou como membro da Comissão Permanente de Extensão da AUGM de 2018 a 2024. É líder do Grupo de Pesquisa Insurgências: Laboratório de Investigações em Extensão e Direitos Humanos do PPGDH/CEAM/UnB. E-mail: [olgamancia@gmail.com](mailto:olgamancia@gmail.com). Orcid:<https://orcid.org/0009-0004-6665-9593>.

**Volmir José Brutscher**

Professor do PPGE/UPE. Possui doutorado em Educação pela UFPB e mestrado em Educação pela PPGE/UPF. Graduado em Filosofia pela UPF e em Pedagogia pela FGD. E-mail: [volmir.brutscher@upe.br](mailto:volmir.brutscher@upe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5448-0941>

Recebido em: 22/10/2025

Aceito para publicação em: 25/10/2025